

PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE: A FORMAÇÃO CONTINUADA EM QUESTÃO

Judenilson Teixeira Amador

Shirley Santos Silva

Universidade Federal do Pará – UFPA – E-mail: amador.macapa@gmail.com.br

Universidade Federal do Pará – UFPA – E-mail: shyroleiss@gmail.com

Resumo: O artigo discute as contribuições da formação continuada para a efetivação das boas práticas educativas no ambiente inclusivo. O propósito foi partir de uma discussão presente nos documentos oficiais que fundamentam as ações do professor em sala de aula e nos ambientes especializados. Considerando a complexidade das questões educacionais, assim como as suas mazelas com raízes históricas e sociais nos leva a refletir, os professores precisam de formação com qualidade para resolver os problemas, pois sem esse elemento não conseguirão dá conta da demanda de alunos com deficiência. Há que se afirmar que o professor desqualificado pouco contribui com a aprendizagem dos alunos, logo não teremos uma aprendizagem significativa, é possível percebermos sim o fracasso escolar e, conseqüentemente, o agravamento dos problemas. O artigo termina por argumentar que a formação continuada de professores, se constitui em um meio que alimenta o processo as práticas do profissional que atua nos ambientes inclusivos, deve-se proporcionar bases pedagógicas, que permitam a constante qualificação e aprimoramento dos conhecimentos fundamentados nas diversas dimensões tais como, científicos, pedagógico, político, humano e social.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado; Formação Continuada; Professores.

Introdução

A presente pesquisa apresenta uma análise sobre a formação continuada de professores do Atendimento Educacional Especializado – AEE. Temos como objetivo central a busca pela compreensão das categorias que cercam o trabalho docente nesta temática. O estudo é documental com resultado de estudo em campo e adota uma perspectiva analítica a partir da investigação com 28 professores que trabalham em salas de Ensino Especial. Historicamente a Educação Especial tem sido pensada como um mecanismo de ensino com finalidade premente de implementar a questão da inclusão de alunos com deficiência, superdotação ou altas habilidades no contexto educacional. O que se percebe é que este campo educacional tem passado por significativas mudanças tanto paradigmáticas, legais e conceituais que tem conduzindo a processos de transformações nas práticas pedagógicas, sociais e políticas dos envolvidos nesse processo.

A década de 1990 foi significativa para essas transformações, isso se deu tendo em vista as políticas que foram implementadas acerca da inclusão, ganhando assim mais notoriedade principalmente através dos mecanismos legais em nível internacional tais como, a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção de Guatemala (2001). Esses mecanismos legais possibilitaram que se colocasse em cheque a Educação Especial, ganhando assim mais visibilidade e ampliando seus espaços tendo possibilidade de sua inclusão em todos os níveis e modalidades de ensino do sistema educacional brasileiro.

(83) 3322.3222

contato@ceduce.com.br

www.ceduce.com.br

A partir da década de 1990, as discussões sobre a formação para os professores no Brasil tomaram forma, e na cidade de Macapá, nos últimos quinze anos observou-se uma aceleração na oferta de cursos em nível de pós-graduação *latu sensu* na área da Educação Especial.

A formação do professor em Educação Especial representa a possibilidade para subsidiar o trabalho eficaz e eficiente com as crianças em sala de aula, no entanto, é importante mencionar que não é tarefa exclusiva do professor a efetiva qualidade do ensino e da aprendizagem do aluno, pois para se obter uma boa qualidade no ensino, se faz necessário um conjunto de ações articuladas com a família, Estado e a própria escola.

Diante desse contexto, pode-se afirmar que investir em políticas para a formação de professores, seja na formação inicial, ou formação continuada incide na aprendizagem do aluno, entretanto, é essa formação precisa ser combinada com o professor, para que não tenha um fim em si mesma, ela é um meio que poderá proporcionar a melhoria da qualidade do trabalho do professor.

Os saberes da formação individual do professor e os saberes pedagógicos estão intrinsecamente articulados com o processo de conscientização e sua atuação numa sociedade marcada por desigualdade e conflitos contribui para um posicionamento e intervenção política pautada em uma prática e ação reflexiva, sobretudo da realidade vivida.

A busca pela qualificação do profissional que desenvolve suas atividades em salas de Ensino Especial responde as necessidades exigidas pela nova ordem econômica mundial e pelo processo de inclusão social. Há que se enfatizar que o processo de reestruturação da economia cria mecanismos para manter seus lucros, assim, a racionalização reconstruída pelo “neoliberalismo, após os a década de 1990, no Brasil, insiste em que a falta de educação formal ou uma de má qualidade produz o atraso nacional, perspectiva própria da Teoria do Capital Humano” (MANCEBO, 2007, p.472).

Esse processo de racionalização econômico tem lavado os sistemas de ensino através das políticas educacionais sejam através dos níveis e/ou modalidades de ensino formativas a reformulem seus currículos, metodologias e conteúdo a partir das orientações mediadas pelos organismos internacionais, nesse sentido, os sistemas educacionais se articulam de acordo com as demandas do mercado de trabalho e ao Estado cabe o papel de gerenciador desse modelo que se intensificou no Brasil e nos países da América Latina.

A partir dessa análise percebe-se que as universidades têm contribuído com o processo regulatório, reforça a importância da formação de mão de obra, incentivam o trabalho informal, estimulam a sociedade da informação, conhecimento, a nova ordem exige um trabalhador qualificado para atender as demandas mercadológicas, principalmente para camadas mais pobres da sociedade,

observa-se uma busca constante em consolidar um entendimento de que a pobreza tem sua origem na falta de escolarização com boa qualidade, logo a solução para resolver esse problema é a escola, através o trabalho o professor.

O marco legal dessas ações foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96 que legaliza a educação brasileira, e na educação superior seu texto modifica os objetivos voltados a formação humana e o atrela aos interesses burgueses em relação aos projetos educacionais. Os documentos que norteiam a educação especial, tanto de cunho nacional quanto internacional, deixam claro à necessidade da formação do professor para atuar nesta modalidade de ensino. Reiteram, ainda que a formação em serviço é a possibilidade, nesse sentido:

O maior desafio consiste em organizar a formação em serviço para todos os professores, tendo em consideração as diversas e muitas vezes, difíceis condições em que trabalham. A formação em serviço deverá realizar-se, sempre que possível, ao nível da escola, através da interação com os orientadores e apoiados pela formação à distância e outras formas de autoformação (UNESCO, 1994, p.28).

Os professores, na sua maioria, sentem dificuldade para atuar com alunos com deficiência, pois foram formados em cursos que igualava os desiguais. Neste sentido, observa-se que a formação em serviço possibilita e das condições para melhorarem os problemas que surgem em sala de aula, de modo mais eficiente. No estado do Amapá os programas de qualificação de professores são organizados e desenvolvidos pelo Núcleo de Educação Especial (NEE), esses cursos, no entanto, se constituem em palestras ou seminários realizados em eventos educacionais pontuais. De acordo com o parágrafo 1º do Artigo 18 das Diretrizes Nacionais da Educação Especial:

§1º São considerados professores qualificados para atuar em classes comuns [...] aqueles que comprovem que em sua formação que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre a Educação Especial adequado ao desenvolvimento de competência e valores: I - Perceber as necessidades dos alunos e valorizar a educação inclusiva; II - flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem; III - avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educativas especiais; IV - atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial (BRASIL, 2001, p. 77).

Considerando as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial as competências e habilidades que os professores devem desenvolver nesta formação promovem a diferença entre professor com formação geral, pois no parágrafo 2º do Artigo 18 da resolução 02/2001 (BRASIL, 2001), o professor com especialização constrói conhecimentos específicos na área de atuação, bem como dominam métodos adequados e específicos para o atendimento das deficiências.

Os professores com formação em Educação Especial trabalham em contra turno em salas de apoio pedagógico, desenvolvem atividades com os alunos que necessitam de atendimento

especializado. Esse atendimento se constitui base diversificada do currículo escolar, essas ações têm como objetivo contribuir com o trabalho do professor da turma regular.

É importante mencionar que os professores com especialização recebem formação mais específica, esse é um fator que o diferencia dos professores que desenvolvem suas atividades em classes comuns, dessa forma, sua contribuição é mediar e/ou auxiliar o professor da classe regular, contribuindo assim, para a o processo de socialização dos alunos com Necessidades Educacionais Específicas, no ambiente escolar e no contexto social.

No contexto brasileiro, isto fica estabelecido tanto na Constituição Federal de 1988, quanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9.394 de 1996 que todos os alunos devem ter acesso à educação nos diferentes estabelecimentos de ensino no Brasil. O que necessariamente implicou em mudanças substanciais quanto a estrutura das escolas, com relação a materiais didáticos, espaços para atendimento, estrutura física, curricular e formação humana para que os alunos possam permanecer na escola. Dentre todos esses aspectos, um torna-se importante e necessário, a formação dos professores, tanto em sua dimensão inicial como continuada.

A reflexão acerca da formação de professores para a atuação na perspectiva da educação inclusiva assume posição de destaque nas abordagens que propõem a visão de um ensino em um espaço que se organiza, passando a pensar uma que se inicia por anular as formas excludentes de organização de sistemas paralelos de ensino e impulsiona as transformações no âmbito da escola pública. Nesse sentido,

É preciso continuar investindo maciçamente na direção da formação dos profissionais qualificados, de outro lado, não se pode descuidar da realização dessa formação e deve-se estar atento ao modo pelo o qual os professores aprendem; para se profissionalizar e para aperfeiçoar seus conhecimentos pedagógicos, e também a como reagem às novidades, aos novos possíveis educacionais. (MANTOAM, 2003, p.81).

A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9394 de 1996, reconhece a importância deste aspecto como pré-requisito para a inclusão ao estabelecer, em seu artigo 59 que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais; III – professores com especializações adequadas em nível médio ou superior, atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Neste contexto, o Inciso III da Legislação Educacional torna-se importante, pois trata da formação dos docentes que devem trabalhar com a educação especial e que essas questões devem ser asseguradas pelos sistemas de ensino. Nessa perspectiva Brandão (2010, p. 136) assevera que:

Especificamente no caso das propostas pedagógicas que tem como ponto central a inclusão do aluno portador de necessidades especiais, sempre que possível, ‘nas classes comuns’, a correta capacitação (constante e contínua) desses docentes é o que, com certeza, determinará o sucesso (ou insucesso) de tais propostas.

Nessa análise, podemos observar que, a LDBEN 93694/96, indica uma opção clara por uma política de inclusão dos educandos com deficiência nas classes comuns de ensino regular, dependendo, portanto, para alcance de seus objetivos, do efetivo cumprimento desse inciso III do art. 59. No entanto, cabe lembrar, segundo esse inciso III, a formação mínima exigida do docente de Educação Especial é a “especialização adequada em nível médio”.

Se o inciso III do artigo 59 for cumprido à risca, como uma prioridade da política educacional, todos os alunos com deficiência assim como seus pais, professores e colegas só terão ganhos com o processo inclusivo nas classes comuns de ensino regular, seja no que diz respeito ao atendimento de um direito que é inalienável, seja no que se refere ao desenvolvimento de um valor humano essencial que é a alteridade, a consideração e o respeito ao outro, distinto, diferente. (BRANDÃO, 2010). Outro aspecto com relação a formação do professor proposto pela LDB 9394/96, se refere ao Parágrafo único do at. 61 do título VI, que trata dos profissionais da educação preconiza a esse respeito que:

A formação dos profissionais da educação, de modo a tender às especificidades do exercício de suas atividades, como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica terá como fundamento:

- I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;
- II – a associação entre teoria e prática, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;
- III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades.

Esse parágrafo e seus respectivos incisos mostram os objetivos que devem nortear a formação dos profissionais da Educação no contexto brasileiro, que são o atendimento adequado ao exercício de sua profissão docente bem como o alcance dos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica. No entanto, essas são as prerrogativas legais brasileiras de acordo com a Legislação Educacional Brasileira para formação dos profissionais da Educação. E já que a Educação Especial é uma modalidade especial da educação no Brasil, esses objetivos propostos pelo aparato legal brasileiro, devem também ser direcionados para essa clientela de professores que atuam na educação especial. Brandão, (2010) destacar que com relação aos fundamentos do Parágrafo único do artigo 61, é a exigência de uma sólida formação básica para os docentes, a valorização das experiências anteriores dos professores nas suas diversas atividades e as possibilidades de capacitação em serviço, pensamentos estes poucos vistos na legislação educacional anteriores. De acordo com Carneiro (2013, p.439):

A LDB vai além da definição Política. Faz o balizamento dos marcos operacionais de tal sorte que se restabeleçam linhas de regularidade operativa para a educação Especial no Ensino regular, na Educação Profissional e no acesso aos benefícios suplementares do ensino regular.

Esse deve ser o objetivo maior da formação docente, ou seja, não deve se furtar de tais preocupações, pois elas são extremamente importantes para a prática do professor hoje. Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação de alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2008, p. 10).

Assim pode-se observar que as políticas de formação continuada para os professores da educação especial na perspectiva da educação inclusiva vem sendo implementadas, mas o que se percebe é que essas políticas deveriam atender a todos os professores da rede, tanto do Atendimento da Educacional Especializado como os professores que desenvolvem suas atividades em salas regulares de ensino, mesmo porque como foi define a legislação educacional este processo formativo é um direito do professor receber formação continuada em serviço.

Metodologia

A heterogeneidade no campo das pesquisas nas Ciências Sociais pode ser elucidada a partir das diferentes correntes e pressupostos que vão confirmar distintas percepções do que é válido na realização de pesquisas. Nesse caso, o esse estudo, teve como base uma pesquisa de natureza de modelo misto quanti-qualitativo.

A partir de um referencial histórico-crítico, pensamos que a necessidade e importância da pesquisa está sempre sendo renovada face a dinâmica da realidade social. Guerra (2009, p. 35) sobre isso já aponta que, "como uma dimensão privilegiada na relação entre conhecimento e realidade, a pesquisa resulta em um conhecimento sempre provisório, parcial, histórico".

O método de pesquisa quanti-qualitativa pressupõe uma análise dialética que permita enxergar que ambas podem ser trabalhadas em conjunto, trazendo elementos que se complementam, corroborando para uma interpretação mais abrangente da realidade posta. Minayo e Gomes (2012, p.17) a esse respeito enfatizam que: Pesquisa é a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade [...] embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um

problema da vida prática. A pesquisa trata-se assim, de uma ferramenta fundamental no sentido de pensar a realidade.

O debate em torno da pesquisa está longe de ser homogêneo, pois envolve realidades sociais, circunstâncias cotidianas e ideologias distintas. Minayo e Sanches (1993, p.247) a esse respeito assevera que: A relação entre quantitativo e qualitativo [...] não pode ser pensada como oposição contraditória [...] é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais 'concretos' e aprofundadas em seus significados mais essenciais.

Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente e vice-versa. Participaram desse estudo 28 professores da rede estadual de ensino fundamental que desenvolvem suas atividades no atendimento educacional especializado, distribuídos em 7 escolas diferentes do município de Macapá no Estado do Amapá. Para coletar as informações foram utilizados como instrumento de pesquisa o questionário misto com questões abertas e fechadas com o objetivo de analisar o processo formativo continuado dos professores que desenvolvem suas atividades laborais no Atendimento Educacional Especializado.

Após a coleta dos dados os resultados foram categorizados e analisados, onde foram dispostos sobre a forma de dados estatísticos, no caso em termos percentuais e uma parte textual, onde fizemos a análise discursiva das respostas dos professores participantes da pesquisa.

Resultados e Discussões

Perguntou-se aos professores sobre o tempo em que trabalham desenvolvendo suas atividades no Atendimento Educacional Especializado. Foi constatado, que 70% dos professores já desenvolvem suas atividades há mais de três anos, 20% responderam que trabalham menos de três anos e 10% menos de dois anos.

Observa-se que os professores participantes do estudo ainda têm poucos anos de experiência em relação ao trabalho desenvolvido no atendimento educacional especializado, entretanto apresentaram um entusiasmo muito grande pelas atividades que desenvolvem com seus alunos, afirmaram que estão em constante processo de qualificação para melhorar suas atividades e incluir os alunos no contexto social. Carvalho (2003, p. 07) “[...] a sociedade mudou e a escola se transformou e as propostas de ensino devem acompanhar essas mudanças”.

No que concerne à formação, todos informaram que possuem formação superior completa, nesse aspecto podemos analisar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96 esclarece que todos os professores busquem por formação em nível superior para a melhorar a

qualidade do ensino e da aprendizagem e observou-se que essa preocupação é uma constante na fala dos professores entrevistados.

Investigamos a acerca da qualificação profissional para atuar na educação especial. Dos 28 entrevistados, 4% dos professores destacaram que antes de trabalhar no AEE não tinham nem experiência e nem cursos específicos mas, tinham interesse pela área, 10% assinalaram que foi em cursos de curta duração, se qualificaram para atuar, 6% deixaram claro que aprenderam com a prática, 70% cursaram pós-graduação para atuarem na área da educação especial e por terem em suas famílias pessoas com deficiência, 10% enfatizaram que aprenderam no curso de formação inicial e em estágios na APAE. Ao analisar-se os dados, verifica-se a formação continuada como elemento importante para a qualificação profissional, pois ela agrega conhecimentos e contribui para o fortalecimento das práticas no chão da escola. Hypólito (2017, p. 2) a esse respeito enfatiza:

Que deve fazer o professor consciente e comprometido com seu trabalho? Investir em sua formação, continuá-la para não frustrar-se profissionalmente, para poder exigir respeito e, mesmo, melhorias salariais. O dia cheio e estafante não reserva tempo para a leitura, o estudo, a preparação de aula. Os cursos propostos, geralmente aos sábados ou em horários impossíveis, não atraem o professor que, ao menos, nos fins de semana, quer ficar com a família e muitas vezes com os cadernos e provas para corrigir.

As respostas dos professores só vêm reforçando as pesquisas que mostram que os cursos de formação continuada que vem sendo oportunizados aos professores não tem levado em considerado a realidade da escola, as necessidades dos professores, seus saberes e suas práticas, o que tem ocasionado um esvaziamento dos cursos oferecidos pelas mantenedoras do ensino, bem como pelos cursos oferecidos pelo Ministério da Educação, uma vez que os professores não se veem contemplados nessas propostas formativas. Libâneo (2004, p. 34-35) enfatiza que a ideia-chave de formação continuada é:

Pela participação e gestão do trabalho escolar, os professores podem aprender várias coisas: tomar decisões coletivamente, formular o projeto pedagógico, dividir com os colegas as preocupações, desenvolver o espírito de solidariedade, assumir coletivamente a responsabilidade pela escola, investir no seu desenvolvimento profissional.

Outro aspecto perguntado fez referência se os professores participam dos cursos de formação continuada que são ofertados para o AEE. Nas respostas podemos constatar que 70% dos professores fazem os cursos que chegam até eles. No entanto, 23% responderam que fazem, mas só os cursos que são de seus interesses e 7% dos professores, afirmaram simplesmente que não participam dos cursos oferecidos, *“são cansativos, os palestrantes são prolixos e muitas vezes distantes da realidade que vivemos”*. (Fala de uma professora) Estes resultados só reforçam a questão anterior, sobre o fenômeno da evasão dos cursos oferecidos pelos pacotes dos diferentes sistemas de ensino, de não considerarem as realidades dos sujeitos que desenvolvem suas atividades nas escolas.

Pedimos que os professores analisassem o último curso de formação continuada que tinham participado para o AEE e marcassem a resposta que julgariam adequada. Tivemos como resultados: 20% enfatizaram que o curso foi razoável e muito teórico, 10% responderam que foi bom e atendeu algumas expectativas, 10% frisaram que o curso foi ruim não trazendo novidades. Para 60% dos professores afirmaram que o curso foi muito bom e que teve uma grande contribuição teórica e prática. Silva (1991, p. 3) destaca, que para ser um bom professor é importante que:

Atualize-se, atualize-se, atualize-se [...] esta repetição é intencional e pretende apagar da sua consciência algum possível resquício de desejo de acomodação. A chamada “educação permanente” é fundamental para todos os indivíduos e mais fundamental ainda para os educadores. Além de uma dedicação maior à literatura de sua área específica de atuação, procure acompanhar e inter-relacionar os dados provindos de outros campos do conhecimento, principalmente história, política e economia. É o conhecimento da totalidade do real que aumenta o seu poder de julgamento e decisão. E os maiores beneficiados serão você mesmo e os seus alunos.

Pode-se perceber que são muitas as necessidades que os professores têm em relação as propostas de formação continuada, falam com muita clareza as questões que gostariam de aprofundar nos processos formativos dos cursos de formação continuada, sejam eles fora ou dentro da escola, a formação contínua é um caminho viável para fortalecer a atuação docente.

Isto significa pensar que se a formação deve levar em consideração o interesse e as necessidades dos professores do Atendimento Educacional Especializado no sentido de suprir suas carências e dúvidas, caso contrário, dificilmente dará certo, pois o que as propostas trazem hoje são conteúdos que muitas vezes contemplam outras realidades e não dos interesses que recebem a formação continuada. É necessário ter claro, que ao contrário do que com frequência propagam os discursos oficiais, não cabe ao professor a responsabilidade pela má qualidade do ensino e da aprendizagem dos alunos. Está claro que investir na formação dos professores terá uma incidência na qualidade da aprendizagem para tanto, este investimento não pode ser um fim em si mesmo; trata-se de um meio que levará a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

Nesse sentido, pressupõe-se que os conhecimentos trabalhados na formação continuada sejam definidos pelos professores que estão em sala de aula diariamente com os alunos devem ser contextualizados para terem um significado para os professores e alunos. Ocupamo-nos neste trabalho promover uma discussão acerca da importância da formação continuada dos professores que atuam na Educação Especial bem como suas demandas pedagógicas considerando que elas podem resultar em experiências frustradas quando não forem realizadas a partir do olhar do professor e das demandas e especificidades da escola. Os resultados deste estudo demonstraram, que a abordagem em destaque é importante e possível de reduzir a distância entre as teorias e as boas práticas em sala de aula, um dos caminhos é a realização dos cursos no chão da escola, assim estaremos contribuindo para o

desenvolvimento profissional dos professores, com a aprendizagem dos alunos bem como as reflexões sobre o que realmente é uma escola inclusiva.

Ter a inclusão como base para educação humanística, é um dos desafios para as escolas e representa uma luta quase isolada para o AEE, afinal o AEE surge para oferecer os serviços necessários para a eliminação das barreiras, porém atitudes não são barreiras fáceis para o AEE eliminar, pois mudanças de comportamentos estão atrelados ao eu de cada sujeito. Então, o AEE acaba por inserir em suas funções, a de trabalhar as mudanças atitudinais, de professores que a décadas trabalham do mesmo jeito e de novos docentes que vieram de academias que não construíram durante a formação, um dos principais princípios da vida em comunidade: o respeito por todo e qualquer condição humana.

Então o grande desafio do AEE está na busca de alternativas para facilitar o processo de inclusão, que não seja tão árduo para aqueles que dependem dos outros para terem acesso ao conhecimento. A política de inclusão não prevê apenas o acesso as dependências físicas da escola ou a de colocar os alunos com deficiência na mesma sala que os demais sem deficiência, na verdade a política brasileira de inclusão tem a salutar " ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades" (GUENTHER, 2003, p.47).

Dessa maneira, pode-se considerar que o trabalho desenvolvido pelo AEE ainda é o início da jornada para concretização do paradigma inclusivo no âmbito escolar, sendo sua principal luta e intenção, a de garantir a humanização do indivíduo na escola e fora dela, sempre levando a mensagem de que ser humano é sempre ser humano, independentemente de sua condição física, sensorial ou cognitiva. Meio a sua complexidade de atividades, o AEE acaba tendo que se voltar para o desenvolvimento de ações educativas que conscientizem a comunidade escolar a valorizar as individualidades, pois a deficiência não é algo pertinente as pessoas, depende das construções que os sujeitos fazem sobre deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo teve a pretensão de forma simplória de objetivar sobre a formação continuada de professores do Atendimento Educacional Especializado - AEE para a efetivação das práticas educativas inclusivas. Sabe-se que é um processo complexo não sendo responsabilidade somente dos professores, mas também dos sistemas de ensino, que organizam as formações sem sequer consultar quem está na ponta do processo o professor.

Diante dos estudos, percebeu-se com base na literatura analisada e na pesquisa realizada junto aos professores do AEE, que esses profissionais, ainda necessitam de formação continuada para efetivação de uma prática pedagógica na educação especial mais inclusiva e cidadã. Isto fica claro quando identificou-se que muitos professores possuem formação em nível superior, mas não buscam formação continuada, bem como muitos não veem a necessidade de fazer formação pois consideram como algo que se aprende no dia a dia, isto é, na prática cotidiana. Mas sabemos da importância do professor ter uma base teórica para iluminar sua prática, pois ambas devem caminhar juntas, pois uma não sobrevive sobre sem a outra. Entretanto, entendemos que o papel do professor na busca de conhecimentos é constante considerando os avanços tecnológicos e as mudanças no tecido social, esses fatores suscitam no professor novas formas de ensinar.

A educação inclusiva deve entender a escola como espaço de acolhimento do professor, do aluno e das famílias é o lugar onde as diferenças singularizam e dão condições de interlocução entre eu e o nós. Não deve distinguir ou segregar os alunos por apresentarem diferenças sejam elas físicas psíquicas, sociais ou culturais. A escola precisa pensar um currículo que inclua metodologias interativas que dê oportunidades as pessoas reconhecidamente diferentes. Dessa forma, pensa-se a formação do professor não como uma obrigação, mas como uma necessidade que já é prevista pela Legislação educacional brasileira. A formação continuada e a valorização do professor devem interligadas, pois é através do processo formativo que o professor vai alcançar sua valorização, ganhando forças para exigir melhores condições de trabalho, a valorização começa pela própria formação.

Portanto, ao término estudo, entende-se que promover boas práticas profissionais que trabalham nos ambientes inclusivos, implica em ação transformadora do ensino e da aprendizagem, requer atender às necessidades pedagógicas dos alunos e dos professores. A formação continuada é uma dimensão imprescindível nesse processo para que possamos ter práticas mais inclusivas considerando a diversidade que constituem o ambiente escolar.

7 REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB passo a passo**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei nº 9.394/96 comentada e interpretada, artigo por artigo. 4 ed. São Paulo: Avercamp, 2010.

BRASIL. **LBI - Lei Brasileira de Inclusão**. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

_____. MEC/SEESP. Presidência da República. **Decreto nº 6.571, de 17 de março de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art.60 da

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto n. 6.253, de 13 de novembro de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, nº188, 18 de setembro de 2008.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: CNE/CEB, 2001.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96.1996.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil**. Leitura crítico-compreensiva artigo a artigo. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (coordenadora). **Formação Continuada de Professores: Uma Releitura das Áreas de Conteúdo**. São Paulo: Cengage Learning Edições Ltda, 2003.

GUENTHER, Zenita Cunha. O Aluno bem-dotado na escola regular: celebrando a diversidade, incluindo as diferenças. In: **Revista Escritos sobre Educação**. Ibirité. vol. 2, n.1, p.47. 2003.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In; **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CFEES/CRESS, Brasília, 2009.

HYPOLITTO, D. **Repensando a Formação Continuada**. Disponível em <http://br.geocities.com/> Acesso em: 20 de Nov. de 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. Goiânia, Editora Alternativa, 2004.

MANCEBO, Deise. Agenda de Pesquisa e Opções Teórico Metodológicas nas Investigações sobre Trabalho Docente. **Educação e Sociedade**. Campinas; vol. 28, n. 99, p. 466-482, maio/ago. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 23 set. 2016.em: 22 out. 2017.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2006. (Coleção Cotidiana Escolar).

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 32ª ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? In: **Caderno de Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz**. Rio de Janeiro: Fiocruz, jul/set 1993.

NETO, E. **A ambivalência do papel do professor de apoio permanente em salas regulares do ensino fundamental**. Londrina. p. 19-35, 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/ELOI%20>. Acesso em: 22 out. 2017.

SILVA, E. T. De como ser um mau professor/ de como ser um bom professor. In: _____. **O professor e o combate à alienação imposta**. São Paulo: Cortez, 1991.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais**. CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: ACESSO E QUALIDADE. Salamanca, Espanha, 7-10 de Junho de 1994.